





LATIFÚNDIOS DO AR

Criadas na tentativa de democratizar as comunicações e gerar espaços públicos de discussão, as rádios comunitárias se tornam reféns de uma lei que privilegia “os grandes proprietários” e impede o desenvolvimento dessas emissoras locais

Lucas Pordeus Leon
repórter

Oito horas da manhã, o telefone toca na rádio comunitária Fercal FM, localizada na comunidade de mesmo nome a 25 quilômetros do Congresso Nacional. No outro lado da linha, uma ouvinte chateada com o atraso de uma hora do “Fercal Notícias”, conhecido como o programa do Sandrão. A rádio comunitária é o único veículo de rádio e televisão que transmite notícias locais do Distrito Federal para a comunidade.

A Fercal está localizada na região administrativa de Sobradinho II. Por ficar entre altos morros, o sinal das outras rádios e dos telejornais locais não chega à comunidade. Nos vales há muitas erosões e buracos causados pela extração de pedra e minério das britadeiras de duas grandes empresas de cimento: a Cipplan e a Votorantim. Além da Fercal FM, apenas uma rádio comercial administrada por igreja evangélica é sintonizada. E os telejornais, via parabólica, vem do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A ouvinte pergunta por que o programa não está no ar. “Sei não”, responde Leidiane Barbosa, secretária da rádio. “Mas eu acordei mais cedo para

ouvi-lo e o homem não vem?”. “Eu também acordei mais cedo para abrir a rádio e ele não veio”, reclama Leidiane, que poderia ter despertado às sete e não às seis. Irritado porque havia problemas técnicos que não permitiam a participação dos ouvintes por telefone, Sandro Heleno Pereira, mais conhecido como Sandrão, não deu as caras na rádio por alguns dias. E ainda culpou a secretária de dificultar a produção de seu programa.

Locutora, sonoplasta, editora, copeira e secretária, Leidiane ainda colabora com a limpeza na Fercal FM. Aos 21 anos, entrou apenas para trabalhar com questões administrativas. Porém, como o antigo locutor do programa “Tarde Alegre” arrumou um emprego e teve que sair, ela ocupou o lugar vago. Isso depois de muitas ligações dos ouvintes reclamando que a rádio estava no automático. Leidiane começou então a colocar as músicas pedidas por telefone, em sua esmagadora maioria sertanejas. Ela gosta do que faz por aprender muito no trabalho: “outro dia tive que editar uma matéria que entrou no ar”, conta.



Com cerca de 25 mil pessoas, a comunidade da Fercal é dividida em 14 menores povoados que sofrem com a poluição das fábricas. No seu programa, Sandrão denuncia: “Eles queimam até pneu”

Fotos: Étore Medeiros

Polêmico, Sandro Heleno Pereira, 48, critica e bate de frente com políticos e as duas empresas de cimento da região. O “Fercal Notícias”, no ar há menos de dois meses, divulga e comenta as notícias dos principais jornais impressos da cidade. “Meu programa incomoda muito, há pressão política sempre e me acusam de querer me candidatar”, conta Sandrão, candidato a Distrital em 2002 e 2006. Taxista por muito tempo, ele é presidente do sindicato da categoria e ex-policia militar.

A repercussão do programa preocupa a diretoria, que teme a fiscalização rígida contra algumas rádios comunitárias. “Nosso locutor está criticando

muito o governo, a qualquer momento o pessoal chega aí, a Anatel pode acusar a gente de estar sendo político”, conta o vice-presidente Delson Matos.

A Fercal FM é uma das 33 rádios comunitárias autorizadas existentes no Distrito Federal. Das 33, quatorze não estão no ar. Entre as 19 que estão em funcionamento, algumas servem a interesses comerciais, religiosos ou particulares. As poucas que tentam resistir penam para cumprir o que determina a lei. Formadas majoritariamente por voluntários, enfrentam graves problemas de sustentabilidade e não conseguem manter uma programação fixa por muito tempo.

o que é uma rádio comunitária?

Ter uma autorização de rádio comunitária não significa desenvolver um trabalho gerido de forma coletiva e voltado para a comunidade. Segundo as atividades do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado pelo Ministério das Comunicações em 2004 para avaliar a situação das rádios comunitárias no Brasil, muitas emissoras não-autorizadas tinham caráter comunitário e outras já licenciadas não se adequavam a este perfil.

De acordo com a lei 9.612/1998, que regulamenta o setor, e com a professora Cícilia Peruzzo, que estuda o tema e tem várias publicações sobre comunicação e cidadania, uma rádio comunitária deve



munitário apresentam alguns pontos em comum. O trabalho costuma ser voluntário e amador. Os responsáveis tiram dinheiro do próprio bolso e assumem os custos, carregando a emissora nas costas movidos pela paixão e fascinação à rádio da comunidade.

No Distrito Federal, assim como no resto do Brasil, são poucas as rádios que pensam a comunicação comunitária como alternativa ao sistema comercial e como ferramenta de mobilização para transformação social. Por vezes, as emissoras estão ligadas a grupos religiosos e políticos ou atuam como pequenas ou médias rádios comerciais, administradas como propriedade de alguém.

O artigo 11 da lei das rádios comunitárias estabelece que a entidade detentora dos direitos de execução do serviço não pode estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Entretanto, um levantamento feito por Venício Artur de Lima e Cristiano Lopes encontrou vínculos políticos em 50,2% das rádios autorizadas desde a promulgação da lei de 1998 até maio de 2004, e 5,4% delas tinham algum vínculo religioso. Os autores chamam o fenômeno de um “coronelismo eletrônico de novo tipo”, visto que a expressão coronelismo eletrônico tem sido utilizada para caracterizar o processo político cartorial de distribuição de concessões de emissoras de rádio e tevê.

Segundo Lima e Lopes, o governo brasileiro tem liberado autorizações de rádios comunitárias para apadrinhados, ou seja, para pessoas com algum tipo de influência política em Brasília. Diretores de rádios entrevistados afirmam que precisaram buscar o auxílio de parlamentares para regularizar a situação das emissoras.

“Se não tiver um político não adianta, não sai. A gente passou seis anos tentando regularizar; o deputado conseguiu em três meses”, conta Maronita de Sousa, presidente da Fercal-FM. Experiente, Maronita orienta os que querem abrir uma rádio comunitária a ir pelo mesmo caminho. Muitas são as rádios do DF que tiveram que recorrer e pressionar parlamentares através de contatos no Ministério das Comunicações e no Congresso Nacional.

Rádios que não cumprem o papel

de servir a comunidade são resultado de um problema estrutural que aceita distorções. A natureza do processo de autorizações de radiodifusão comunitária, moldado pela lei de 1998, costuma impedir, por si só, que as emissoras desempenhem suas funções originais. O coordenador executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), José Sóter, entende que a comunidade tem que retomar as rádios que caem na mão de interesses particulares. “A gente encara as rádios proprietárias como usurpação. A rádio é uma propriedade da comunidade”, explica Sóter.

fercal fm

A ideia da rádio surgiu de uma experiência de João de Oliveira, conhecido como João da Eletrônica. Ele trabalhava em uma loja que consertava equipamentos que incluíam rádios e tevês, e montou um pequeno transmissor de 1 watt com um sinal que chegava a 300 metros de distância. Isso no início da década de 90. “Começou como brincadeira e foi despertando as pessoas”, lembra Delson Matos, 59, vice-presidente da rádio.

Quando em fevereiro de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei 9.612, Delson, João da Eletrônica e outros moradores decidiram criar uma associação para concorrer a uma autorização de serviço de radiodifusão. “Montamos o estatuto específico para associação e compramos os equipamentos com o apoio dos comerciantes locais. Deve ter dado uns 3 mil reais na época”, conta Matos. A rádio comunitária Fercal FM começou a funcionar no início de 1999, mesmo sem a permissão formal do Estado.

Como a autorização custava a sair, pois o Ministério das Comunicações solicitava alterações na documentação por causa de detalhes como uma palavra ou vírgula que impediavam o andamento do processo, os responsáveis pelo pedido decidiram colocar a rádio no ar. “Foi uma festa danada, todo mundo queria participar”, conta Delson.

A festa acabou em 2002 quando uma candidata a deputada que não apoiava a rádio denunciou a emissora e ela foi lacrada, os equipamentos apreendidos e um dos diretores presos. Delson teve que cumprir pena alternativa de quatro meses fazendo faxina em órgão público. A Fercal FM só viria a ser outorgada efetivamente em dezembro de 2006.



O locutor Pereira recebe os forrozeiros na Clube FM em Ceilândia, maior região administrativa do Distrito Federal a 26 quilômetros da região central de Brasília.

clube fm

No domingo às 10 horas da manhã na rádio comunitária Clube FM, o programa “A Voz do Povo” recebeu quatro convidados para um debate sobre o Dia do Meio Ambiente. O presidente da Associação dos Comerciantes da Ceilândia, um candidato derrotado por poucos votos nas eleições à deputado Distrital em 2010, um representante dos moradores do Setor “O”, expansão da Ceilândia, e um morador que estava lançando um livro sobre a história da cidade. No encerramento do programa, dois forrozeiros tocaram ao vivo e deixaram seu CD na emissora. O programa é aberto para participação de representantes e moradores da comunidade para falar sobre algum tema específico ou abordar problemas vividos.

Com uma programação mais fixa nesse ano, a Clube FM sobrevive com dois apoios culturais e uma pequena contribuição dos locutores da rádio, que além de certa visibilidade, não ganham mais nada. Porém, programas ainda entram e saem do ar na emissora. Durante o programa “Recordar é Viver”, o pagodeiro Rosildo de Souza, 28, vem combinar a volta do

“Caldeirão do Pagode” com o presidente da rádio Wantuir Galvão.

“Quem trabalha com rádio não quer sair, a gente que faz rádio faz por amor e por vontade, mas não pode esquecer as obrigações profissionais”, conta Rosildo de Souza, que com o programa agora no sábado não atrapalhará seus compromissos. Trabalhando na chapa candidata à prefeitura do Setor “O”, Rosildo quer continuar por muito tempo na emissora, pois, segundo ele, “você escuta a população e a população te escuta, as pessoas te conhecem na rua, faz muito amizade e a gente ajuda a comunidade”.

A rádio é resultado da luta que se pode atribuir em grande parte ao presidente da emissora, Wantuir Galvão. Aposentado do IBGE, decidiu procurar uma ocupação terapêutica. Morador da Ceilândia desde 1978, ele reclama que a terapia veio pesada demais. “Querida apenas ter um programa de música sertaneja e participar de algumas reuniões, mas não, todos os problemas da rádio caem em cima de mim, toma muito tempo”, conta Galvão.

A Ceilândia é a maior região administrativa do Distrito Federal com mais

de 400 mil habitantes. Construída em 1971, onze anos depois da inauguração de Brasília, a cidade abrigou milhares de trabalhadores que construíram a capital e estavam espalhados por favelas em torno do Plano Piloto. Formada em sua maioria por nordestinos ou seus descendentes, Ceilândia é conhecida também pelo forte movimento de hip-hop, integrado por artistas como Cambio Negro, Atitude Rap, Japão, X, entre outros.

Locutor do “Recordar é Viver”, Atilano Pereira, 55, é servidor público aposentado e está na emissora há três anos. Herdou a paixão pelo rádio com seu pai, que, segundo ele, não sabia ler nem escrever, mas conversava sobre política com qualquer um, de tanto escutar notícias pela rádio. Depois de sofrer um acidente e se aposentar dos Correios, Pereira fez curso de locução e até comprou um rádio que gravava a voz para treinar. Apresentado a Galvão, finalmente realizou o sonho de ser locutor.

Segundo Pereira, o trabalho é mesmo por amor. “O pessoal nos procura, a gente faz tudo para resolver e minimizar as dificuldades daquelas pessoas. Tem aquela

intimidade com os ouvintes, e, de maneira profissional, você acaba se apaixonando por eles”. Seu programa tem sucessos antigos que vão de Reginaldo Rossi a Jimmy Cliff, passando por Roberto Carlos, Agnaldo Timóteo e Luiz Gonzaga. Mas também aceita sugestões mais “modernas” por telefonemas, como Luan Santana e o sertanejo universitário.

voz do povo fm

A região da Estrutural foi o local que se tornou, a partir de 1960, destino do lixo de Brasília. Com o tempo, começaram a chegar pessoas que viviam da coleta dos resíduos sólidos e uma pequena vila foi se formando perto do aterro sanitário. A partir de 1990, houve um aumento na quantidade de pessoas. Muitas foram as tentativas de tirar a população daquela região. É um lugar central do DF, entre Taguatinga e o Plano Piloto. Localizada numa área nobre, a Estrutural ganhou notoriedade pela pobreza e violência.

Despejos chegaram a ser realizados, mas os moradores resistiram. No ano de 1997 um policial foi morto na Estrutural, o que abriu caminho para arbitrariedades contra a população. Um museu, o Museu do Sangue relembra as vítimas da época quando a Estrutural sofreu forte repressão e muitos moradores viviam sitiados. A tentativa de retirada não deu certo. Hoje mais de 45 mil pessoas, majoritariamente de baixa renda, moram na cidade.

No ar desde 1.º de maio de 2011, a Voz do Povo FM foi a primeira rádio autorizada da Vila Estrutural. Reginaldo Araújo, presidente da rádio, reclama da visão deturpada sobre a região administrativa e quer mudar isto. “Nossa intenção aqui é levar a boa imagem da cidade. (A Estrutural) está sendo detonada demais na imprensa”, enfatiza. Reginaldo acredita que os moradores têm condições de melhorar a realidade e muitas iniciativas boas são desenvolvidas na Estrutural, mas “quando acontece uma coisa ruim, pegam a Estrutural como bode expiatório. Nosso objetivo é mostrar nossa cidade”, conclui.

Responsável, ao lado de Reginaldo, por conseguir a autorização da emissora, José de Deus Ferreira, 49, passou oito anos tentando regularizá-la. É mais um migrante nordestino que sobreviveu a toda sorte de intempéries. Em Brasília desde 1978, ele chegou à Estrutural em 1995, depois de ser despejado de um imóvel em Samambaia, também no DF. “Não

numerosas

Mesmo se multiplicando em número, as rádios nem sempre cumprem finalidades comunitárias. No país existem 4.260 rádios comunitárias autorizadas. “O Brasil tem de longe o potencial de ser o maior centro de rádios comunitárias do mundo”, aposta o coordenador executivo da Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias José Sóter. Segundo ele, diferentemente de outros países, aqui “a rádio comunitária não é só radiodifusão, é um instrumento de uma atividade política que surgiu na ditadura como rádios livres”.

Depois que o Ministério das Comunicações lançou o novo Sistema Nacional de Outorgas (SNO), Sóter estima que em 2015 o país chegará as 10 mil emissoras legalizadas. “Esse plano agora é mais divulgado, tem outra consistência. Deve chegar a todos os municípios que ainda não tem rádio comunitária”, avalia Sóter. O novo sistema pretende autorizar outorgas para os 2.008 municípios que ainda não foram contemplados com rádios comunitárias.

O crescimento vertiginoso em números não se traduz em qualidade, pois as emissoras comunitárias não conseguem desempenhar plenamente suas funções. O aumento tende a que mais rádios fiquem nas mãos de indivíduos, partidos e igrejas, desviando o papel comunitário dessas mídias. Socióloga que pesquisou rádios sem fins lucrativos na França e no Brasil, Sayonara Leal entende que mesmo com as distorções, as rádios preservam sim uma dimensão democrática e participativa, tendo em vista que a tendência dos veículos no Brasil é de mostrar uma evidente intenção de conquistar votos nos debates políticos.



No mapa estão destacadas as rádios citadas no texto. As azuis são as emissoras no ar, as amarelas são as fora do ar. Todas as 33 autorizadas têm que dividir a mesma frequência de 98,1 MHz

a luta das ondas comunitárias

A Revolução Industrial do século XVIII trouxe um conjunto de avanços tecnológicos que mudou o jeito de se fazer comunicação. A massificação dos veículos impressos, a chegada do rádio e da televisão no início do século XX e depois a expansão da internet no final do mesmo século, transformaram a maneira do ser humano se relacionar com o mundo.

“Se antes o homem conhecia o mundo pelo que presenciava com o corpo e talvez através dos poucos livros disponíveis, agora usam as tecnologias da comunicação para ter conhecimento de mundos distantes com uma quantidade de informações que era inimaginável antes das revoluções tecnológicas que sucederam à industrial.

O professor doutor da Universidade de Brasília Murilo César Ramos, membro do grupo de pesquisa Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), entende a comunicação midiática como parte fundamental da vida das pessoas e inerente ao processo existencial e social. “Com o tempo os meios de comunicação vão assumindo formas mais sofisticadas, mais influentes e mais penetrantes nas nossas vidas”, explica Ramos.

O alto custo da produção midiática permitiu que apenas os governos e grandes empresários tivessem condições de manter meios de comunicação de largo alcance. No Brasil e nos EUA as frequências de rádios e TV são um bem público cedido por concessão, de acordo com interesses do estado. Em países como França, Itália e Japão, as mesmas frequências eram inicialmente monopólio estatal.

Por deter a produção da maior parte da informação, os grandes veículos de comunicação possuem mais poderes de pressão política. O pesquisador Ramos acredita que os meios de “comunicação enquanto processo político se inserem numa luta por hege-

monia e por poder. Você sendo controlador de TV e rádio, dono de jornal, tem uma tremenda capacidade de formar opinião”.

Com isso, os conglomerados da comunicação acabam interferindo claramente nos processos políticos. “Essa é a razão pela qual a gente trabalha com políticas públicas de comunicação e com processos normativos que disciplinem e tornem o poder da mídia permeável para a sociedade evitando que fiquem apenas nas mãos dos detentores diretos”, conta Murilo Ramos.

Contra esse cenário de concentração que predomina nos meios de comunicação, surge na Europa da década de 1970 um movimento de rádios não-autorizadas e sem fins lucrativos, que pretendiam ser uma opção à mídia hegemônica, oficial ou privada.

Foi também na década de 1970 que as primeiras rádios alternativas chegaram a América Latina fortalecendo o conceito de rádio comunitária. Associada à luta pela democratização da comunicação, essas rádios cresceriam nas décadas seguintes, ligadas aos movimentos de protesto contra o estabelecimento de poderes políticos e econômicos hegemônicos.

O crescimento da produção midiática, durante os anos 1980, barateou os equipamentos de radiodifusão e permitiu que os excluídos do processo midiático montassem pequenas rádios por todo o país. Dirigidas por movimentos sociais, igrejas católicas e evangélicas, anarquistas, revolucionários, grupos ou indivíduos, essas rádios começaram a se multiplicar. Foram idealizadas e criadas num movimento de demanda política e social ligado a um contexto de pobreza e desigualdade. Movimento este que influenciou a Constituição de 1988 e depois a lei 9.612 de 1998 que instituiu oficialmente as rádios comunitárias no Brasil.



Silvio assessora a missionária Ivone em um programa evangélico diário na rádio da Estrutural.

tinha onde morar. Estava desempregado e não dávamos mais conta de continuar lá. Vim pela necessidade de uma moradia”, conta Ferreira.

Sem ter mais que pagar aluguel, começou a trabalhar e conseguiu montar uma mercearia, mudou o negócio para uma borracharia, depois para um lavajato e agora tem uma vidraçaria, isso sem nunca ter frequentado uma escola. Empreendedor nato, ele e Reginaldo foram os responsáveis por bancar a estrutura da rádio, que custou cerca de 10 mil reais. Autorizada em 2009, a emissora só conseguiu os recursos para entrar no ar em 2011.

“O normal é que nunca poderia sair uma rádio comunitária na Estrutural, disseram que não tinha condições porque era rota de avião”, conta Ferreira. Para conseguir a autorização, segundo ele, foi fundamental o auxílio de conhecidos com vínculos políticos. Eles puseram Ferreira em contato com um senador que poderia ajudar.

“O objetivo da rádio é procurar transmitir boa música, se alguém está desempregado, mostrar o interesse dele de trabalhar, promover os artistas”, garante Ferreira, que também critica o tratamento que os jornais do DF dão à comunidade, “a gente começou a se revoltar com a imprensa que dizia que aqui só tem bandido. Estavam sendo manipuladores”.

Ele acredita que a rádio deve propor soluções e comprometer os políticos a melhorar a Estrutural. “Nós não queremos ser um veículo para ficar batendo no governo. Não vamos chegar a lugar nenhum assim. Queremos ser interlocutores do povo com as autoridades”, explica Ferreira.

O único locutor pago da rádio Voz do Povo FM trabalha de segunda a sábado ocupando quase todo o horário. Chegou à Brasília em 2004 e foi rejeitado por outras emissoras de rádios comerciais do DF. “Fui em quase todas, e todo mundo sempre deu as costas para mim. Acham que porque sou do interior do Ceará não tenho estilo. Antes (da Voz do Povo) trabalhei em duas rádios não legalizadas, foi assim que fui sobrevivendo”, conta Francisco Bezerra da Silva, 48, que se apresenta como Silvio.

Ainda criança, Silvio treinava locução colocando um balde grande na cabeça para escutar a própria voz. Aos 13 já fazia anúncios das festas de forró em carros de som e finalmente aos 17 come-



O paraibano José de Deus Ferreira, há 33 anos no Distrito Federal, já teve borracharia, lavajato, mercearia e atualmente é dono de uma vidraçaria

çou a trabalhar com rádio e não parou mais. “Foi o que eu aprendi a fazer. O cara sabendo consegue sobreviver com rádio”, explica Silvio. Pela primeira vez em uma rádio comunitária, ele vê na emissora a função de abraçar a comunidade. “A Estrutural é um lugar onde as pessoas se organizam em associações, elas lutam pelos seus direitos. E a rádio veio para reforçar isso e jogar a voz (da Estrutural) lá fora”, acredita Silvio.

É comum haver programação religiosa nas rádios comunitárias. A Estrutural é repleta de igrejas evangélicas e diversos pastores apresentam programas na rádio. “Uma coisa é dita logo: ninguém deve

atacar ninguém”, garante Silvio. A ideia é reservar o sábado e o domingo para o conteúdo religioso, que fica com aproximadamente 30% do tempo da rádio.

O espaço da programação também é ocupado por gostos variados. “Tem que ter uma voz aberta mesmo. Toco brega, forró, música romântica nacional e internacional, sertanejo, rap, samba, sertanejo, toco tudo”, explica Silvio, que também produz reportagens sobre a comunidade. “Vou às ruas e as pessoas reclamam de alguma coisa. A (quadra) 16, por exemplo, é só lama. Damos uma cutucadinha de leve na administração, mando o recado, mas não ataco de frente”.





Segundo levantamento da Secretaria de Saúde, a quantidade de homicídios registrados em 2009 em todo o DF é de 34,1 por cem mil habitantes. Na Vila Estrutural, chega a 94,3, número maior que o índice de Maceió, a capital mais violenta do país. É aqui que funciona a Voz do povo FM



a lei 9.612

O barateamento de equipamentos de radiodifusão contribuiu com o aumento de rádios de pequeno alcance por todo o Brasil, forçando o governo federal a tomar uma medida e regularizar em 1998 as entidades que queriam montar uma rádio.

A lei 9.612/1998 é considerada atrasada e opressora por comunicadores, pesquisadores de comunicação e ativistas do movimento de democratização das comunicações. As emissoras escutadas têm muitas críticas. Segundo a Lei, uma rádio comunitária não tem proteção se sofrer interferência de outras rádios, mas logo podem ser fechadas se interferem na transmissão de uma emissora comercial.

A rádio Top FM 98,3, com concessão no município de Padre Bernardo-GO, funciona em Brasília como uma emissora comercial aparada por liminar judicial.

98,1 MHz, ela tem causado muita interferência nas rádios do DF. “A gente já levou um abaixo-assinado para o Ministério das Comunicações pedindo para mudar a frequência das rádios comunitárias, porque a Top, antiga Tupi, tem um transmissor pesadíssimo”, conta Monteiro da Silva, presidente da Comunidade FM da Ceilândia.

“A lei foi feita para amarrar as rádios comunitárias e beneficiar as rádios comerciais. Nossa emissora vive a duras penas, tudo é doação”, afirma Delson Matos da Fercal FM. A dificuldade financeira é o principal problema enfrentado pelas rádios. De acordo com a lei, as rádios só podem ter financiamento através de apoio cultural.

A legislação não especifica o que é o apoio cultural. O que se sabe, de acordo com a interpretação de agentes da Anatel, agência fiscalizadora dos serviços de radiodifusão, é que não se pode anun-

ciar produtos e preços e que as entidades apoiadoras devem estar na área de alcance da rádio. “Os comércios daqui são pequenos. Se for para contar só com o apoio cultural dos comerciantes e da comunidade, não dá para garantir”, lamenta Delson, que às vezes é obrigado a tirar dinheiro da aposentadoria para manter a rádio.

Devido à dificuldade de financiamento, muitas das rádios não pagam os direitos autorais ao Ecad, órgão responsável pela arrecadação do dinheiro dos músicos, recomendação essa da própria Abraço. A Fercal FM está com uma multa de três mil reais na justiça.

Ativista do movimento de rádios comunitárias, escritor e jornalista que trabalha na Rádio Cultura de Brasília desde 1986, Dioclécio Luz, tanto no seu mestrado em comunicação quanto no dossiê “Querem Calar a Voz do Povo”, defende que o Estado tem se posicionado contra

direito à comunicação

Uma década depois do aparecimento das primeiras rádios livres, que pretendiam ser alternativa às mídias dominantes, o direito à informação garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos ganhou uma nova dimensão. Em 1983, a comissão internacional conhecida como Comissão MacBride, organizada pela Unesco, publicou o trabalho “Um Mundo, Muitas Vozes”. Nele, mapeou os sistemas de comunicação do mundo e apontou, entre alguns desafios, a viabilização do acesso e da participação de diferentes grupos à produção de conteúdos midiáticos, necessários para garantir o direito à comunicação.

O termo sistematizado pela Comissão MacBride pretendeu abarcar o direito de todos a produzir informações. Como explica o pesquisador do LaPCom Murilo Ramos, “o direito à comunicação surge mais recentemente como direito que se sobrepõe àquele direito de ser informado”, pois “como a comunicação é um processo compartilhado, a ideia é que você não apenas seja informado, mas informe também”.

O relatório de 1983 recomendava que as nações apresentassem Planos Nacionais de políticas públicas que garantissem esse direito. A proposta desagradou os EUA e a Inglaterra, que abandonaram a Unesco, o que causou um grande corte no orçamento da instituição. Depois disso as discussões sobre direito à comunicação perderam força no âmbito das Nações Unidas, mas continuaram nos debates da so-

cidade civil organizada.

A ONU só voltaria a rediscutir o direito à comunicação 30 anos depois. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), realizada nos anos de 2003 e 2005, investigou o papel dos meios comunitários. O documento apresentado em 2003 no Fórum de Genebra considera que os meios comunitários “tem um papel específico e crucial na habilitação do acesso e participação de todos na sociedade da informação, especialmente para as comunidades mais pobres e marginalizadas”, mas que, para tal, é necessário que sejam “independentes, manejados pela comunidade e embasados na sociedade civil”.

Respaldado pelos organismos regionais e internacionais de direitos humanos, e por ordenamentos jurídicos das democracias mais consolidadas do mundo, o direito à comunicação pretende garantir a todos, especialmente aos grupos vulneráveis, o acesso à produção de informações. O conceito é hoje considerado por Ramos “um dos pilares de qualquer política pública de comunicação. Assim como os direitos à saúde e à educação”, que são a base para garantir a universalização desses serviços.

As políticas públicas de comunicação devem universalizar a comunicação, dando “a possibilidade da sociedade que está fora do grande capital poder exercer a comunicação através de seus próprios canais de informação”, como sugere Ramos.

essas emissoras. “É uma lei fascista. Estado é um agente que exclui quem faz rádio comunitária. Colocaram-nas num gueto”, acredita Dioclécio.

A Anatel estabeleceu que todas as rádios comunitárias devem ocupar uma única frequência, que deve estar abaixo dos 88 MHz. O problema é que os aparelhos de rádios captam de 88 à 108 MHz, impossibilitando a captação das ondas. Devido a uma impossibilidade técnica, no Distrito Federal elas se encontram na faixa dos 98.1 MHz.

As associações que pedem uma autorização de rádios comunitárias têm que esperar por tempo indeterminado. A papelada excessiva e o rigor das etapas do processo para atender as muitas exigências da lei, dificultam ainda mais a legalidade. Wantuir Galvão, da Clube FM, teve que pagar aluguel do imóvel que seria a

rádio enquanto esperava a autorização. “Eu reformei o estatuto umas quatro ou cinco vezes para atender à Anatel e ao Ministério das Comunicações. Eles queriam arquivar de todo jeito o processo. E uma vez arquivaram”, conta Galvão.

A lei, no primeiro momento, define o alcance das rádios comunitárias a um bairro e/ou vila e limita o transmissor a uma potência de 25 Watts. O decreto nº 2.615 de 1998 determina que o raio de abrangência da rádio seja de um quilômetro. Como a onda eletromagnética não pode ser controlada, as autoridades aceitam um alcance de até quatro quilômetros, e obrigam as associações e os diretores da rádio a morarem dentro do gueto. Com isso, a lei define a comunidade como tendo um espaço geográfico limitado.

Membro do Laboratório de Política de Comunicações (LapCom) da Universidade de Brasília, o professor Murilo César

Ramos acredita que limitar o conceito de comunidade apenas ao raio de um quilômetro dificulta a criação de políticas públicas. “O maior problema das rádios comunitárias hoje é conceitual. Esse conceito de comunitário está superado. Então mudar o conceito na legislação é importante”, explica Ramos.

Na Fercal, o relevo acidentado e a distância dos núcleos rurais não permite que a rádio chegue a toda a comunidade. O vice-presidente da Fercal FM lamenta o curto alcance da rádio. “Tem lugar aqui pertinho que não pega devido ao morro, que impede a propagação do som. Acho que para alcançar certos locais a potência deveria aumentar para 50 ou 100 watts. Pois temos que anunciar também os problemas daquela região, como o roubo de gado”, explica Delson Matos.

A legislação não leva em conta as particularidades técnicas e geográficas



Há menos de dois meses no ar, a rádio da estrutural levou oito anos para funcionar

das comunidades. A potência definida é a mesma para grandes aglomerados urbanos ou para municípios amazônicos com povoados distantes muitos quilômetros uns dos outros. É bastante comum a rádio não alcançar nem mesmo a totalidade de sua comunidade.

Q Código Brasileiro de Telecomunicações condena a pena de dois a quatro anos, aumentada se houver danos a terceiros, a quem transmitir ondas de radiodifusão sem autorização. O movimento que luta pela democratização da comunicação entende que a punição para quem desrespeitar a legislação que regulamenta o setor deva ser administrativa e não penal. A criminalização é vista como obstáculo a plena liberdade de expressão.

Samuel Barbosa Cruz, 42, foi preso duas vezes por operar rádio ilegalmente. Uma antes da promulgação da lei, em 1998, e outra em 2002, quando cansou de esperar pela autorização e resolveu recolocar a emissora no ar. “O governo não dizia que sim, nem que não, então nós resolvemos continuar, agimos na omissão do Estado”, conta Samuel. Fundador e vo-

luntário da rádio Sua Comunidade FM de Brazlândia, região administrativa de Brasília. Samuel é jornalista e tem um programa de notícias. Afastado da emissora, ele trabalha atualmente na administração da cidade, cargo comum entre os envolvidos com rádios comunitárias.

Mesmo depois de oito anos fechada, a rádio Sua Comunidade FM conseguiu um grande apoio dos comerciantes locais. “Nós já éramos muito conhecidos e respeitados, mas tivemos que explicar para a comunidade que nós não éramos bandidos, que fomos presos porque o Estado não queria nos reconhecer”, conta Samuel. A regularização chegou no final de 2010 e a rádio voltou ao ar em maio de 2011.

A rádio Utopia FM foi lacrada pela Anatel e PF antes e mesmo depois de autorizada, em fevereiro de 2006. Localizada em Planaltina, região administrativa do DF com aproximadamente 200 mil habitantes, a Utopia foi fechada pela última vez porque o documento não havia chegado à emissora. Era uma quinta-feira do mês de agosto quando os agentes entraram na emissora dizendo: “Nós vamos fechar essa m*!”, e apreenderam os equipamentos, lembra Batista Filho, presi-

dente da rádio. Na segunda-feira da outra semana os papeis chegaram.

A apreensão ocorreu em pleno processo eleitoral. Segundo o presidente, houve na época entrevistas na rádio com os candidatos tanto da esquerda quanto da direita, e eles não saíram muito contentes. “Acredito que o fechamento tenha sido motivo político”, crê Batista. Mesmo com os papeis da autorização, a rádio só reabriria em junho de 2007. “Os fiscais da Anatel ficaram enrolando a gente dizendo que não tinham pessoal para fazer a vistoria”, lamenta Batista, que teve que esperar quase um ano para voltar a colocar o sinal da emissora no ar.

casos suspeitos

A região administrativa do Paranoá, a 20 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, tem três rádios comunitárias autorizadas. O local é resultado de uma invasão perto do Lago Sul, região nobre da capital. A Paranoá FM, única emissora comunitária no ar, tem licença para funcionar desde 2002 e durante todo este tempo tem sido gerida apenas pela Associação Comunitária do Paranoá, pois o conselho comunitário foi dissolvido. As outras cinco associações

que participavam da gestão da rádio mandaram um ofício protestando a Joaquim Rodrigues da Silva, acusado de atuar como o “dono” da emissora mas ele ignorou. A rádio funciona em uma potência mais alta, podendo ser ouvida até em Planaltina, a quase 30 quilômetros do Paranoá.

Eudes Lira dos Santos, um dos fundadores da rádio, entrou com um processo no Ministério das Comunicações em 2004 alegando que a Paranoá FM já não era mais comunitária. Com o arquivamento em 2006, ele nunca teve retorno do órgão sobre o caso. Procurou então a Procuradoria Regional do DF, que levou a denúncia ao Ministério Público que pediu a Polícia Federal que abrisse inquérito, mas até agora não houve nenhuma conclusão. “A rádio não tem tanta audiência, não é um formador de opinião pública, só que os políticos a usam”, o que, segundo Eudes, explicaria a permanência da emissora.

Jornalista formado, ele mantém um jornal com tiragem de cinco mil exemplares no Itapoã, região administrativa ao lado do Paranoá, chamado *DF Hoje*. Eudes é o dono e único responsável pela confecção do periódico. No momento, está procurando emprego e lamenta a falta de apoio para sustentar a publicação, que ele acredita ficar impossível sem ajuda de governo e políticos. “Meu jornal sofre muita hostilidade dos políticos locais”, conta Eudes. Depois de denunciar que a rádio tinha deixado de ser comunitária foi processado pela Paranoá-FM por calúnia e ganhou em três instâncias judiciais, não cabendo mais recurso.

João Gomes, responsável pelo jornalismo da Paranoá FM e locutor da rádio, diz que a emissora não tem conselho comunitário porque o modelo imaginado não funciona. “Quando o PT idealizou as rádios comunitárias foi lindo, muito bonito no papel. Mas não funciona. É uma rádio normal. Tem que pagar luz e tudo. Nunca fechamos porque quando falta, o presidente vai e coloca o dinheiro do bolso dele”, conta Gomes. A emissora dá cadeiras de roda, cestas básicas e brindes. Além de promover eventos e fazer anúncios de empregos e de pessoas desempregadas.

O advogado Everardo Alves Ribeiro, que teve como clientes o quatro vezes ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz e o pivô do “mensalão do DEM” em Brasília, Durval Barbosa, também está à frente de uma autorização de rádio comu-

nitária no Paranoá. Candidato derrotado a Deputado Distrital em 2006 e 2010, ele está montando a rádio na frente de um condomínio isolado. Um caso que levanta a desconfiança de vinculação político-partidária da Associação responsável pela rádio e que se torna de mais difícil percepção se levarmos em conta o fato do nome que consta no Ministério das Comunicações ser Everaldo e não Everardo. Segundo vizinhos da casa em construção que abrigará a emissora, ela nunca entrou no ar.

Outra rádio que não está em funcionamento, a Candangos FM, seria vinculada à Família Rajão, pois três dos quatro diretores da Associação responsável pela emissora são da mesma família e a representante da entidade, Ana Lúcia Natal Rajão é esposa do ex-deputado federal e candidato derrotado a distrital em 2006 José Rajão Filho. A rádio até agora não vingou, tem três anos que está fora do ar.

Enquanto isso, Frederico Leonardo de Oliveira, 53, conhecido como DJ Fredsom, trabalhou em uma rádio comunitária ilegal e há quase um ano não põe a emissora no ar. “É engraçado, tem nada a ver ele fechar a rádio da comunidade. Porque ele não passou a rádio para frente? Ela não é dele!”. Fred espera aviso de habilitação para o serviço de radiodifusão no Itapoã, região ao lado do Paranoá, a fim de retomar o trabalho comunitário da rádio clandestina Satélite FM, 12 anos no ar, quatro no Itapoã.

A Ondas da Benção FM é uma rádio de Taguatinga que fica dentro de um templo religioso. O porteiro da igreja, questionado sobre a existência da rádio, vai chamar “o Silva”, suposto responsável. Na ausência deste, pede para voltarmos mais tarde, mas não sabe afirmar se existe a rádio. A secretária confirma a rádio, mas não sabe dizer se fica no prédio principal ou no lateral, e que apenas o pastor Edilson pode falar sobre o assunto ou autorizar uma visita, mas no momento ele não se encontra.

Um adesivo do deputado distrital Brunelli na porta da secretaria, e de outros parlamentares da bancada evangélica no mural, mostram certa campanha aberta a favor de políticos em uma entidade responsável por uma emissora comunitária. O pastor Edilson garante que a rádio não faz proselitismo político ou religioso por ser alvo constante de fiscalização da Anatel. “Sessenta por cento da nossa



As igrejas estão presentes em todas as rádios comunitárias. Em algumas a emissora fica dentro do templo religioso, como na Igreja Casa da Benção em Taguatinga, a 19 quilômetros da região central de Brasília

rádios e democracia

Quando utilizadas com a intenção comunitária, as rádios servem como espaço de discussão de questões de interesse público, defende Sayonara Leal na sua tese sobre o tema. A pesquisadora acredita que “numa democracia, quanto mais expressão de contexto de esfera pública melhor”. Leal define esfera pública como “o espaço por excelência de apresentação de ideias, de comunicação dialógica, tratando o outro como igual”. Essa é a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pela sociedade civil, processo que culmina na formação da opinião pública, e age em direção aos governos para pressioná-los de acordo com seus anseios.

“A política fica engessada nos organismos públicos, tem os parlamentares que representam e delegamos nossas decisões a eles. Isso afasta o povo do poder”, afirma Sayonara. Segundo a professora, as rádios comunitárias podem então, se usadas adequadamente, criar mecanismos de democracia participativa e de pressão política da sociedade para os governos.

Ela presenciou em algumas rádios que pesquisou “espaços de denúncias de corrupção, espaço para pensar a cidade, para debater durante as eleições”. Isso é importante porque na grande mídia, entende-se por isso as grandes empresas de comunicação, não se abre espaço para um debate verdadeiramente livre, uma vez que as grandes empresas “não defendem ideias, defendem o capital, mudando de lado de acordo com o mercado”, conta Sayonara. O que costuma impedir um espaço para discussão democrática na mídia privada ou estatal.

programação é de conteúdo variado”, conta o pastor. Diante da dificuldade de financiamento, Edilson conta que: “Procuramos fazer o mais correto possível, mas não temos apoio cultural, tudo é doação!”, afirma o religioso.

Com o raio de alcance reduzido pela interferência da Regional FM, emissora comunitária sediada no Cruzeiro, o pastor Edilson reclama que são poucos os comerciantes dentro do raio de alcance da rádio e insuficientes para a sustentabilidade da estação. “Se eu pudesse vender espaço seria melhor. Para vender a um radialista, por exemplo. Pois como vamos manter um negócio como uma rádio?”

A rádio comunitária Regional FM do Cruzeiro em muito se parece com uma comercial, profissional e de alta qualidade. Sem conselho comunitário, tem anúncios publicitários governamentais e de grandes empresas em uma programação bem fechada. Ela pode ser ouvida em muitos

pontos do Distrito Federal. Em Taguatinga, ela prejudica a Comunidade FM e a Ondas da Benção FM. O presidente da primeira já tentou conversar com o Gervásio Gonçalves, único que pode falar em nome da Rádio. “Sabe o que ele disse? Para eu então comprar um transmissor mais potente”, afirma Monteiro da Silva, comunicador antigo da Ceilândia. Desde 1999 a Comunidade FM é autorizada.

A destinação de apenas um canal na frequência para as rádios comunitárias causa briga por espaço entre elas, algumas aumentam sua potência e prejudicam as que mantêm os 25 watts. Na Estrutural a Regional FM sufoca a Voz do Povo FM, que em vez de quatro tem apenas um quilômetro de atuação. O sinal é captado em Águas Claras, Vicente Pires e chega a algumas quadras de Brazlândia, a mais de 30 quilômetros do Cruzeiro. Procurado para dar sua versão, o presidente da Regional FM não foi encontrado.

um trabalho voluntário

As rádios comunitárias têm, geralmente, uma grande rotatividade de comunicadores, isso porque o trabalho é voluntário. Grande parte dos locutores que entram na rádio é desempregada ou aposentada. Muitos deles deixam a rádio quando arrumam uma atividade remunerada. Os diretores mais atuantes e apaixonados são os que cobrem as despesas da emissora.

“Agora aqui não é para ganhar dinheiro nem para cara que trabalha, o perfil é esse aqui, aposentado, tranquilo, com tempo para resolver os problemas”, explica Wantuir Galvão, presidente da Clube FM da Ceilândia. Mesmo com todas as dificuldades, ele garante que a rádio vai continuar. “Já tem história, hoje temos a grade bastante fechada, mesmo com o alcance limitado estamos aí na internet”, comemora Galvão.

Atilano Pereira, locutor apaixonado, entrou na Clube FM para dirigir o programa “Sertanejo Bom Demais” enquanto Galvão viajava. “Fiquei no programa dele e nunca mais saí. Os locutores mais antigos iam me ensinando, foi um processo meio autodidata”, lembra Pereira. Para o locutor, a rádio é para ajudar a comunidade, “o objetivo é de só ajudar e não atrapalhar. Não estamos preocupados em alcançar um patamar financeiro. Quando aparecem eventos culturais, folclóricos a gente está de porta aberta sem nenhuma cobrança”.

Rádios comunitárias podem ser um importante veículo de divulgação para os artistas populares sem apoio financeiro. “É tanto que quando chegam os novos artistas eles ficam maravilhados porque eles cantam, entram aqui e podem mostrar seu trabalho. Eles pensam que tão sonhando, gostam muito”, conta Pereira, que segundo ele, o pessoal das grandes emissoras acha que isso atrapalha. “Numa rádio comercial eles cobram só para deixar o CD, sem nem saber se vai tocar”. Mas não se considera um problema para as comerciais. “Nós somos um pequeno grão de areia no deserto”, acredita Pereira.

Na Estrutural, Reginaldo Araujo, presidente da Voz do Povo FM, quer desenvolver cursos de capacitação. “A gente quer um convênio com o governo para dar sustentabilidade, que traga cursos de profissionalização, de locução – inclusive para locutores mirins, para poder montar uma equipe. Colocar o pessoal para fazer reportagem na rua”, explica Reginaldo.



“Déo Matos”, como é conhecido no seu programa “Fercal em Foco”, questiona o Gerente da Fercal, espécie de prefeito, sobre os atrasos de uma obra que deixou a comunidade do Bananal por mais de uma semana sem água

à espera de um novo marco regulatório

“É uma das leis mais atrasadas de radiodifusão comunitária do Mundo, Inclusive da America Latina” é o que afirma uma das representantes da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) no Brasil, a argentina Sofia Hammoe, sobre a lei 9.612 de 1998 que regulamenta o setor no país. Promulgada em meio ao aumento vertiginoso de pequenas rádios, a lei é considerada pelos movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação e por comunicadores de rádios comunitárias restritiva e que mais dificulta o desenvolvimento das rádios do que facilita.

Por isso, o novo marco regulatório prometido pelo Governo Federal para o segundo semestre de 2011 é bastante esperado. Sofia, que participa da Amarc desde 1992, acredita que “nesse momento parece existir uma abertura, a partir do Ministério das Comunicações, para a reflexão de uma lei de comunicação. Discutir uma possível reformulação das políticas de comunicação”.

Confiante numa mudança, José Sóter, coordenador executivo da Abraço – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, deposita esperanças na cobrança da Presidenta Dilma em empenho do Ministro das Comunicações Paulo Bernardo para o atendimento as demandas das rádios comunitárias. E pelas manifestações do ministro, eles vão usar o que foi aprovado na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) realizada em novembro de 2009. “Todas as nossas propostas foram aprovadas na conferência. Então tenho esperanças que sejam atendidas no novo marco”, crer Sóter.

Dentre as principais reivindicações para as rádios comunitárias estão a do aumento do número de frequências, que atualmente é apenas uma, e do raio de alcance, a melhora no processo de autorizações de outorgas (tido como burocrático, lento e pouco democrático), condições para financiar a rádio por meio de publicidade e subsídios públicos, além de uma fiscalização mais rígida que discipline as rádios para um fim verdadeiramente comunitário.

José Sóter, que viu e participou de perto com a Abraço da promulgação da lei 9.612, afirma que desde então em quase mais nada se avançou, tirando a mudança do tempo de autorização de três para 10 anos, que se deveu, segundo José, mais a dificuldade do Ministério das Comunicações em atualizar os processos do que efetivamente a um atendimento às reivindicações do movimento. Além da autorização provisória concedida às rádios caso o Congresso não vote a concessão em 90 dias.

“Até hoje continuamos com a mesma pauta de 1996. Nunca foi feita nenhuma mudança na lei de 1998. Mesmo com centenas de projetos no congresso, a única coisa que conseguimos mudar foi o tempo da concessão”, depois de todo esse tempo José vê o atual cenário propício a mudanças, “no congresso com a maioria da bancada sendo governista acho que a hora é agora. A comunicação com sua democratização está unificando os partidos da base aliada”.

Essa inércia em se aprovar políticas públicas de comunicação que democratize e distribua de fato o poder dos grandes meios para o resto da população, em especial os grupos mais vulneráveis e marginalizados, se deve, segundo avaliação de Sofia Hammoe da Amarc, a duas questões principais. A primeira é que a Abert – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV, que representa os principais meios de radiodifusão brasileiros, teme a perda de publicidade para outros veículos.

A segunda questão é do campo simbólico. Segundo Sofia, a “outra coisa que emperra as negociações é o relato do que é ou do que deveria ser o mundo”. Para a jornalista, as corporações privadas “defendem determinado estilo de vida que é do consumo com outras dimensões políticas e esse estilo de vida precisa ser defendido, mostrando que a única possibilidade de viver é daquele jeito”. E se passa a existir uma diversidade de meios controlados por pessoas das mais variadas origens e filosofias de vida, “é que você consegue ser livre para escolher e tomar suas decisões”.

O objetivo da emissora não é ficar denunciando a violência, porque acredita que este não seria o papel da rádio comunitária. Reginaldo quer “conscientizar os criminosos com uma mensagem boa para que eles façam uma reflexão”. A rádio tem sido muito usada para divulgar trabalhos a desempregados interessados em serviço. Segundo ele, mais de 60 pessoas estão

trabalhando depois de anúncios da rádio em pouco mais de um mês no ar.

Policia militar por 30 anos, Delson Matos nasceu na Fercal e nunca abandonou a comunidade. Desde a época que era policial, trabalhava como voluntário na ONG Verde Vida, dando cursos sobre educação ambiental nas escolas. Mas, depois que começou a atuar na rádio, não

quis mais parar. “Na rádio é mais concreto, você vê os resultados mais imediatos, aí empolga, né? E agrega mais gente do que a ONG. Gostei mais”, avalia Matos.

Seu programa semanal “Fercal em Foco” faz um giro pelas diferentes localidades da comunidade escutando as pessoas sobre seus problemas e reivindicações. No final, o gerente administrativo da co-

munidade, tenta dar explicações e propor soluções para os principais problemas apresentados pela população. É um espaço aberto de cobrança da autoridade local sobre as aflições dos moradores.

Apesar da rotatividade dos apresentadores, Célia Regina, mesmo fora da rádio por problemas pessoais, não quer abandonar a Fercal FM. Filha de migrantes baianos que vieram para Goiás construir a BR 020, ela sempre foi ativista de causas sociais e até o começo desse ano, quando entrou para a Gerência da Fercal, ganhava a vida como cabeleireira. No momento, ela está envolvida com cinco trabalhos voluntários, desde associação de moradores e ONGs à conselhos comunitários. “Tudo que eu acho que vale a pena ajudar eu estou dentro”, conta Célia.

Após muita insistência de Delson Matos, devido sua facilidade comunicativa, Célia começou a apresentar o programa “Almoçando com Música” e continuou por três anos, até parar por problemas particulares. Mas logo pretende voltar. “Fico igualzinho pinto no lixo aqui. Gosto porque tem contato com o público. A gente traz alegria para as pessoas”, conta Célia que usa de músicas, participação dos ouvintes, recados de amor e parabéns ao vivo. “Nunca me passou pela cabeça trabalhar na rádio. Agora já fiz até curso apoiado pela Unesco através da rádio; agora eu sou profissional. Tenho até diploma. Chique, não?”, fala orgulhosa.

Ela acredita que a emissora é de verdade um trabalho social e comunitário, com uma rádio para todos. “O morador vem aqui fazer um anúncio, ‘roubaram um carro’ é aqui, promoção do mercadinho é aqui. O Ministério Público vem aqui uma vez por mês fazer assistência jurídica e a rádio é quem faz a divulgação. O Procon, a saúde, o esporte. Tudo que acontece em Brasília a gente fica sabendo na Fercal pela rádio. Muita gente também não lê jornal, aí escuta a rádio”, resume Regina.

Para ela, são os grupos que conseguem se organizar e têm espontaneidade para falar e se expressar que vão começar a mudar as coisas. “A gente tem voz, e nossa voz tem poder para fazer acontecer através da cobrança e da divulgação das coisas. Porque ninguém sabe o que calado quer, se você ficar calado ninguém vai saber o que precisa. É através da comunicação e da rádio que tem as portas abertas para os moradores, que (a população)

pode vir falar e pedir ajuda. É aqui que começa tudo”, entende Regina.

Para Célia, as grandes redes de comunicação não vão à Fercal porque não lhes interessa. “Você vê reportagem sobre o posto de saúde aqui na Fercal que não funciona? Não. Ela (a mídia) está voltada para quem tem dinheiro. Aqui é da comunidade, todo mundo pode vir comunicar, é muito diferente”.

A Satélite FM fugiu à regra de que rádios que realmente são comunitárias não conseguem se manter. O pessoal vivia de rádio ilegal no Itapoã. Região administrativa do DF onde ninguém ainda tem uma escritura de chão. Depois de funcionar muitos anos no Paranoá sob o comando de outra pessoa, a Satélite FM se desfez. Então Fred, como ele mesmo diz, juntou os cacos e reabriu a rádio na cidade ao lado.

Mas Fred garante que não era o dono, e quando diziam que a emissora era dele cuidava de avisar: “Minha não, ela é da comunidade, e se a Anatel chegar aí, vou dar o nome de todos vocês”. Filho da rainha do maracatu do grupo Tambores do Paranoá, toda a família de Fred ou DJ Fredsom é envolvida no grupo que hoje é um Ponto de Cultura do DF. Desde 1977 no Distrito Federal, o pernambucano Fred só voltou para visitar a terra natal uma única vez em todos esses anos.

A rádio funcionou quatro anos depois de reaberta, recebendo apenas os apoios culturais dos comerciantes locais. Fred atribui o sucesso das rádios locais de lugares que a princípio não têm representação na mídia, como cidades da periferia de Brasília, ao fato de as pessoas se verem na rádio. “Cobram para eu colocar a rádio de novo, quando a gente fala das pessoas do local, elas se animam, se sentem importantes, levanta o Ego”, acredita Fred. Mas garante que não é tão simples. “Viver de rádio comunitária é uma arte. É preciso ter muito jogo de cintura e carisma para convencer as pessoas a escutá-la e investirem nela”. Hoje Fred é presidente da Associação de Oficineiros do Paranoá e trabalha com reciclagem de materiais.

A Satélite FM foi um grande laboratório de locutores. Antigos apresentadores da emissora hoje trabalham na Paranoá FM, e muitas pessoas que nunca tinham visto um computador aprenderam a operar as máquinas e entrar no ar. “O pessoal ligava sempre pedindo para tirar um ou

outro locutor que era muito ruim, e eu dizia para deixar o cara”, lembra Fred. O espaço era tão aberto que tinha até o DJ Roquinho, um locutor rouco que recebia muitas críticas. Outro locutor, depois de aprender na Satélite FM montou sua própria rádio ilegal.

A emissora era muito hostilizada pela autorizada Paranoá FM. Segundo Fred, eles tentavam convencer comerciantes a não anunciarem na clandestina e denunciavam a rádio durante a programação. “Alô Anatel! Tem uma rádio pirata no Itapoã”, lembra. O que deixava o DJ Brechinha muito nervoso. Conhecido pelo medo dos federais, o DJ costumava ficar na brecha da porta vigiando a rádio.

A Satélite FM teve que fechar as portas após uma denúncia na polícia local. A ex-mulher de Fred, depois da separação, entregou a rádio para a polícia. Aconselhado pelos policiais a fechar a rádio antes da chegada da Anatel, Fred espera poder reabri-la um dia, agora legalizada.

Tão diversas e heterogêneas como é a população do Distrito Federal, as rádios comunitárias aqui vivenciam uma experiência que reproduz muitas das questões presentes na dinâmica dos grupos sociais em nível nacional. Implicadas em problemas como a relação com a política partidária, igrejas, iniciativa privada e Estado, habitando também o vigor das iniciativas populares espontâneas, elas vêm, e seguem um panorama em que a Comunicação – esfera vital para o equilíbrio coletivo – se mostra ainda distante de ser uma atividade amplamente exercida por todos os segmentos da sociedade.

A lei que pretendia criar mecanismos de mobilização das comunidades a fim de ampliar o acesso à produção de conteúdos através das rádios comunitárias, - produção hoje concentrada na mão de poucas famílias que administram verdadeiros impérios da mídia - se mostrou falha e insuficiente.

As rádios comunitárias ainda estão relativamente distantes de cumprir seu papel de democratizar as comunicações, distribuindo o controle dos meios e garantindo a tão sonhada pluralidade de fontes, valor-chave para a liberdade de expressão. A burocracia e a ineficiência da lei, cúmplice da situação atual de dismantelo das comunitárias, limitam o poder democratizante dessa mídia tão singular.

